

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA
DEBATE SOBRE PROJETOS DE LEI EM
PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

LUCIANO MANSOR DE MATTOS
EMBRAPA CERRADOS

luciano.mattos@embrapa.br



1 – CONJUNTURA MUNDIAL

2 – PSA NA AMÉRICA LATINA

3 – BRASIL: RUMOS A SEGUIR

1 – CONJUNTURA MUNDIAL

2 – PSA NA AMÉRICA LATINA

3 – BRASIL: RUMOS A SEGUIR

EUROPA

Anos 50

- Estruturação do Estado de Bem-Estar Social
- *Boom* econômico do Pós-Guerra
- Tratado de Roma (1957)

Instituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE)

(Alemanha, França, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Luxemburgo)

Substituição das políticas agrícolas dos países-membros pela Política Agrícola Comum (PAC)

Anos 60

PAC (1962) → **modalidade de garantia (despesas compulsórias; sem cofinanciamento)**
→ **modalidade de orientação (despesas não obrigatórias; cofinanciamento)**

Anos 70

- Esgotamento do modelo industrial (desaquecimento econômico)
- Choques do Petróleo I (1973) e II (1979)

Anos 80

Rodada Uruguai (1986-1994): PAC/OMC – redução paulatina de direitos aduaneiros

EUROPA

Anos 90

% PAC no orçamento União Europeia

1965-1970: 8,5% para 86,9%

1975-1985: atinge patamar 90,0%

Pressões internacionais:

- efeito *dumping* na agricultura mundial

Opinião pública UE:

- valorização de produtos regionais / meio ambiente / hábitos alimentares / cultura

Reformas da PAC (1992, 1997, 2003, 2009, 2013)

Pilar I (1962-2003)

- pagamentos diretos e intervenções de mercado (sustentação de preços agrícolas)

Pilar II (Pós 2003)

- desenvolvimento territorial cofinanciado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (desenvolvimento rural x opinião pública UE)

EUROPA

Anos 90

Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Programa Leader)

- lançado em 1991 para acompanhar as reformas da PAC (limitação subsídios agrícolas)
- criação de capacidades nas agências locais (infraestrutura e recursos humanos)
- superação da gestão centralizada e setorial (*top down*)
- adoção da gestão territorial descentralizada (*bottom up*)



EUROPA

Leader I (1991-1993) (em paralelo: Contrat Territorial d'Exploitation – CTE/França)

- territórios-piloto
- lógica integrada de desenvolvimento rural
- subvenção de fundos europeus

Leader II (1994-1999)

- extensão territorial mais abrangente
- exercícios de inovação

Leader + (2000-2006)

- fortalecimento da inovação

Abordagem Leader (2007-2013)

- incentivo à criação de Programas Nacionais Desenvolvimento Rural
- cofinanciamento pelo Feader

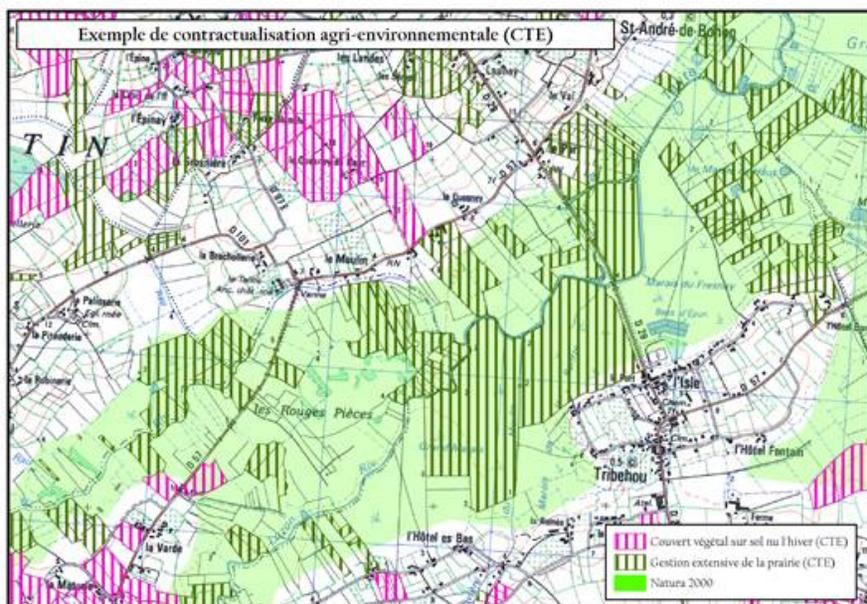
Desenvolvimento Local de Base Comunitária (2014-2020)

- extensão da abordagem para territórios urbanos e litorâneos
- manutenção dos Pilares I e II da PAC
- readequação dos pagamentos diretos com abordagem equitativa e ecológica

CRITÉRIOS ECOLÓGICOS (30%) – LIMITE DE ÁREA (ha) – PRESENÇA DE JOVENS RURAIS

APOIO ÀS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES – AMBIENTES COM LIMITAÇÕES NATURAIS

REFERÊNCIA INSTITUCIONAL PROGRAMA CTE / CAD (FRANÇA)



-  **GESTÃO DE ÁREA NATURAIS**
-  **GESTÃO DE PASTAGENS EXTENSIVAS**
-  **GESTÃO DE SOLO NU NO INVERNO**

**PLANEJAMENTO DE USO E COBERTURA DA TERRA
DEFINIÇÃO DE INCENTIVOS FINANCEIROS COLETIVOS
GERAÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS RURAIS
BELEZA CÊNICA EM ESCALA NA PAISAGEM RURAL
CONEXÃO RURAL – URBANO
(INFRAESTRUTURA / AGROTURISMO / FEIRAS URBANAS)**



*Le Nord,
un monde rural vivant*



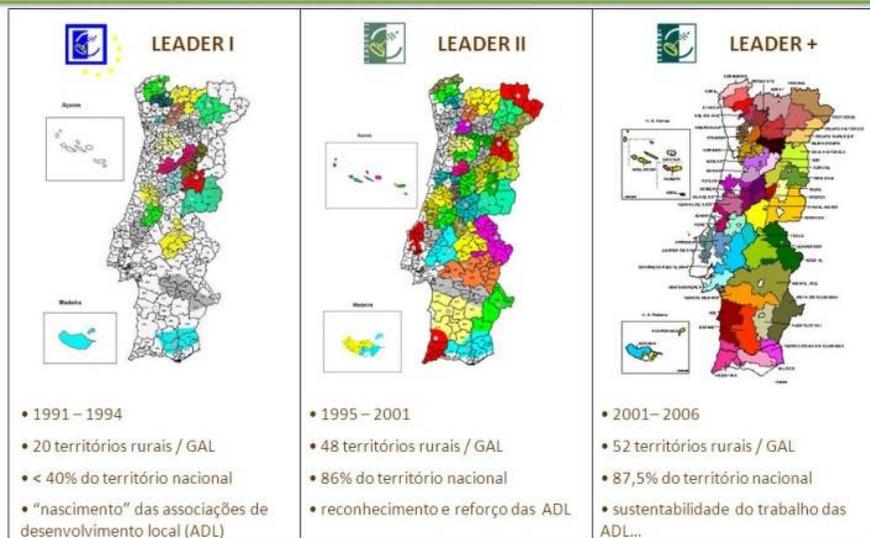
**CTE – FOCO NO TERRITÓRIO
CAD – FOCO NA PROPRIEDADE**

REFERÊNCIA INSTITUCIONAL PROGRAMA LEADER (EUROPA) DESDOBRAMENTOS EM PORTUGAL

PROGRAMA LÍDER – DA EUROPA AO CONTEXTO PORTUGUÊS

CONTEXTO FLORESTAL LOCAL

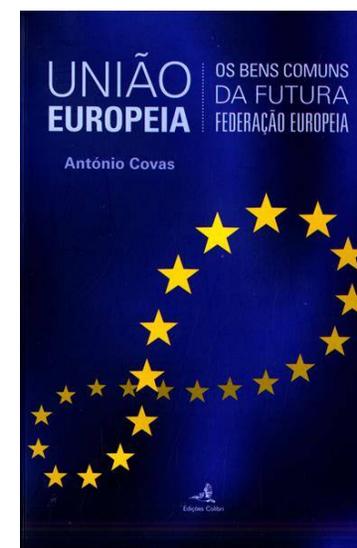
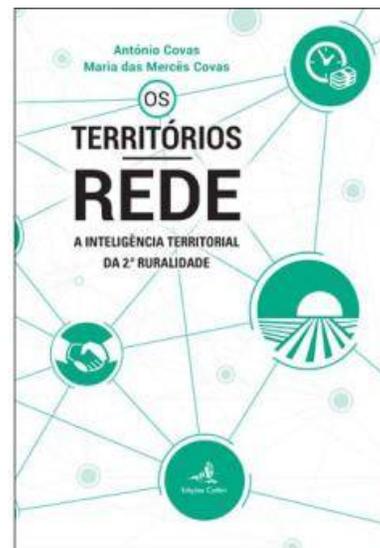
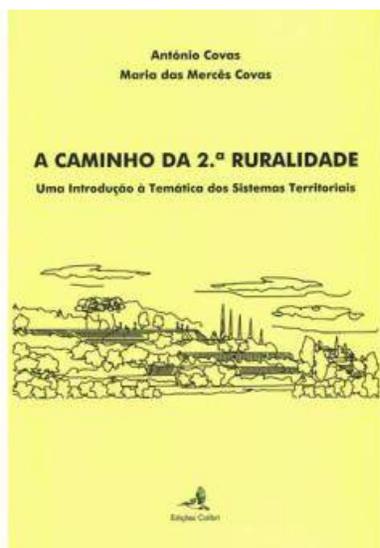
O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER: o caso português

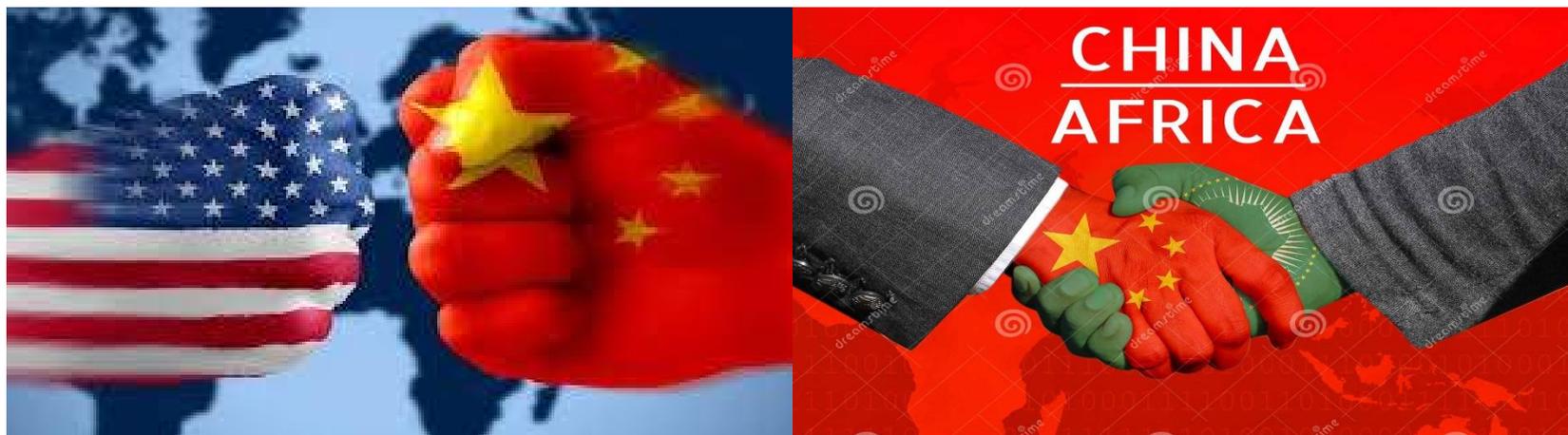


MONITORAMENTO / MITIGAÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

**DA 1ª RURALIDADE (TERRITÓRIOS-ZONA) À 2ª RURALIDADE (TERRITÓRIOS-REDE)
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS / PROCESSOS DE ANIMAÇÃO SOCIAL (TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS)**

**1ª REVOLUÇÃO (AGRICULTURA QUÍMICA)
2ª REVOLUÇÃO (AGRICULTURA TRANSGÊNICA)
3ª REVOLUÇÃO (AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA)**

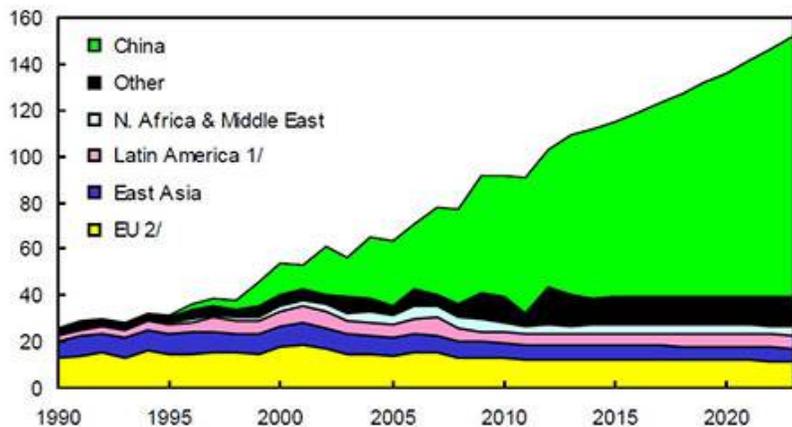




GUERRA COMERCIAL CHINA X EUA – BENEFÍCIOS AO BRASIL NO CURTO PRAZO
RELAÇÃO COMERCIAL CHINA X ÁFRICA – INCERTEZAS AO BRASIL NO LONGO PRAZO

Global soybean imports

Million metric tons

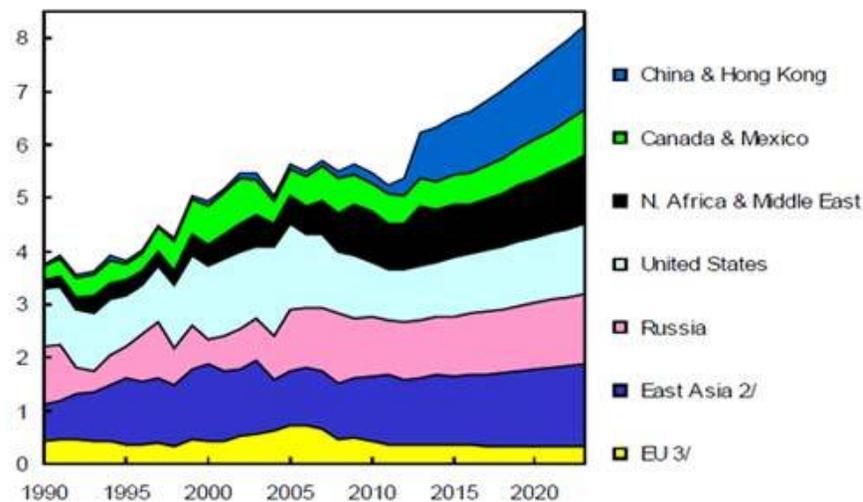


1/ Includes Mexico. 2/ Excludes intra-EU trade.

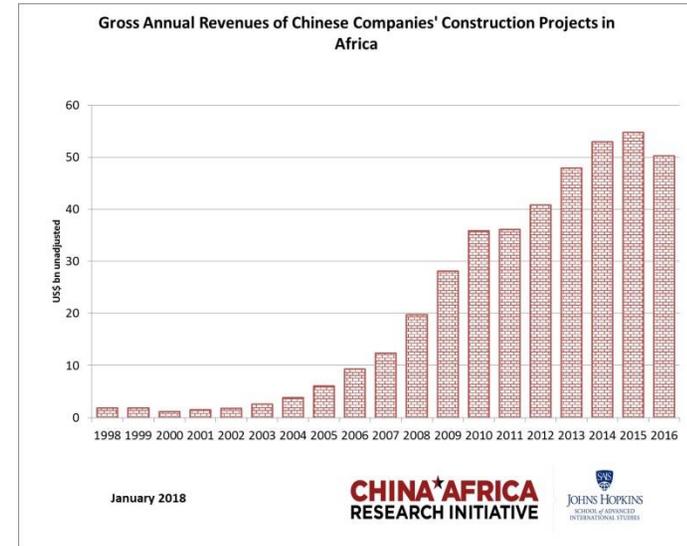
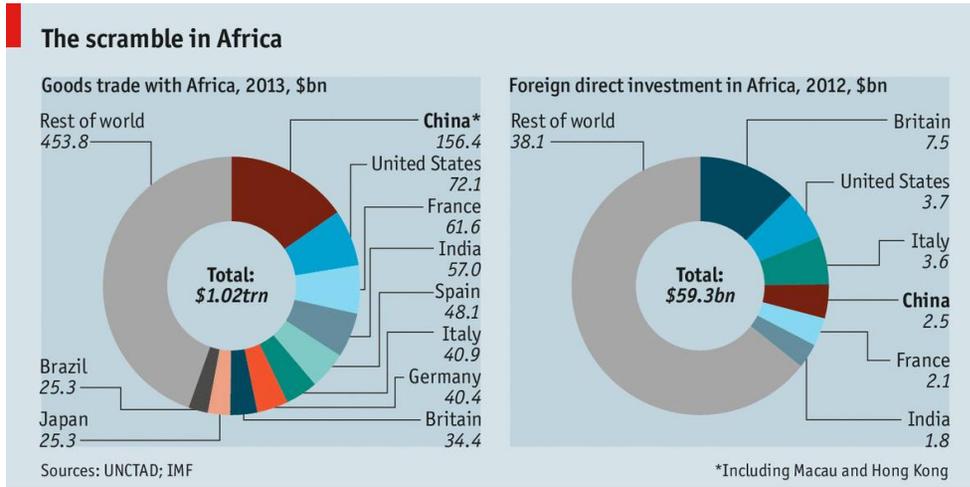
Fonte: Statista

Beef imports 1/

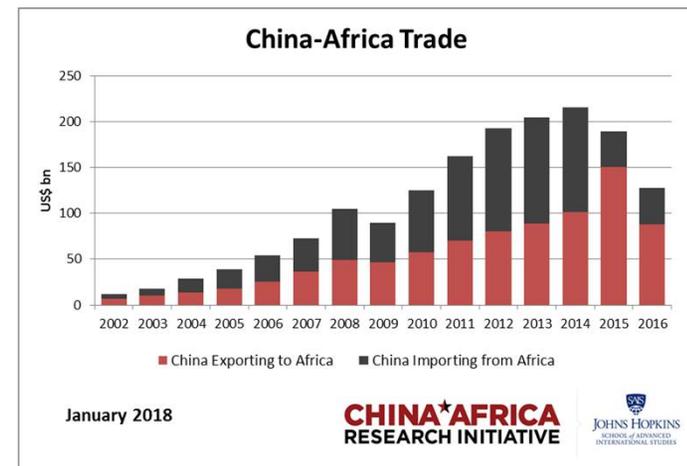
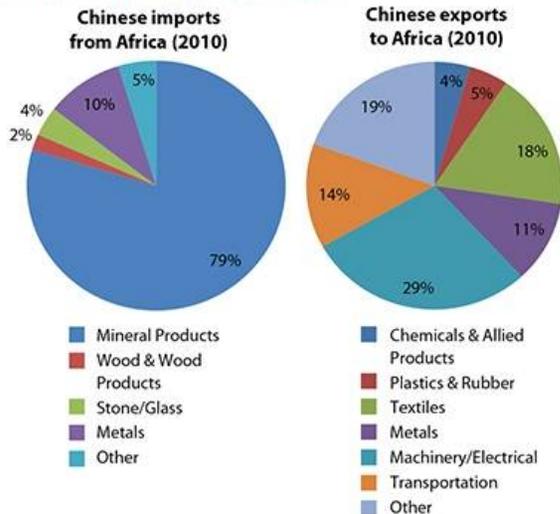
Million metric tons



Fonte: Statista



China-Africa trade by sector



1 – CONJUNTURA MUNDIAL

2 – PSA NA AMÉRICA LATINA

3 – BRASIL: RUMOS A SEGUIR



Primeiras experiências PSA no Brasil:

- **movimentos sociais, ONGs e governos locais**

Governo federal com outras agendas até 2006:

- **comando e controle x desmatamento x criação UCs**
- **negociações internacionais sobre clima**
- **negociações internacionais sobre biodiversidade**

Avanços em PSA / recursos hídricos

- **Programas federal, estaduais, municipais, entes privados**

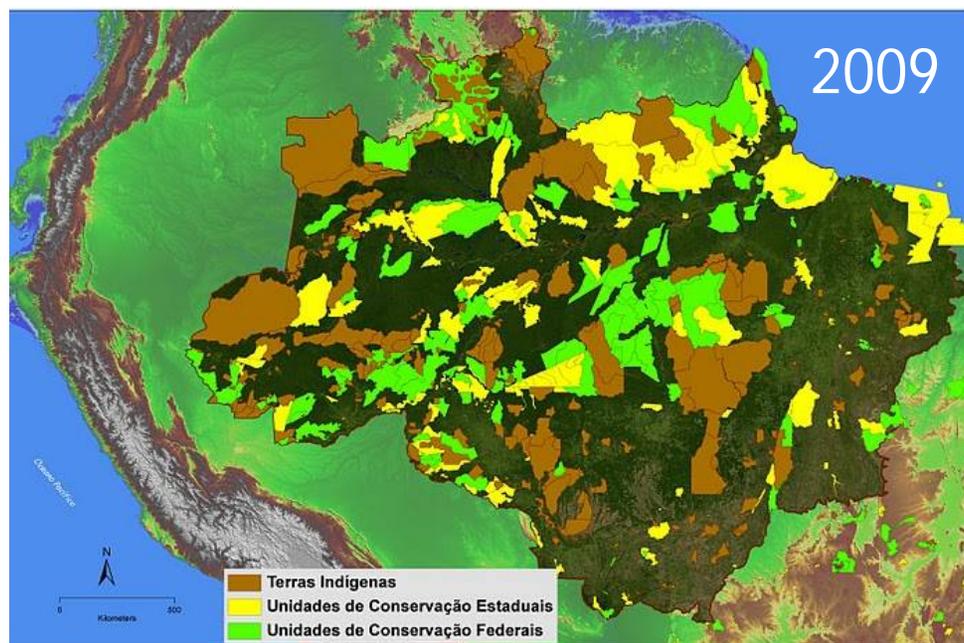
Experiências locais x políticas públicas

- **complementaridades *versus* conflitos**

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO e TERRAS INDÍGENAS – AMAZÔNIA

**INCENTIVO ECONÔMICO
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

- **Consórcio Intermunicipal - Bacia Rio Piracicaba** [São Paulo, 1989]
- **ICMS Ecológico** [Paraná, 1999] – avanço para 20 estados desde 1999
- **Lei Chico Mendes** [Acre, 1999]
- **SNUC** [Governo Federal, 2000]
- **Programa Produtor de Água** [ANA, 2001]
- **Proambiente** [Movimentos Sociais, 2000; Governo Federal, 2003-2007]
- **Conservador das Águas** [Extrema, MG, 2005]
- **Bolsa Floresta** [Amazonas, 2006]
- **Bolsa Verde BSM** [Governo Federal, 2011]
- **Bolsa Verde** [Minas Gerais, 2011]



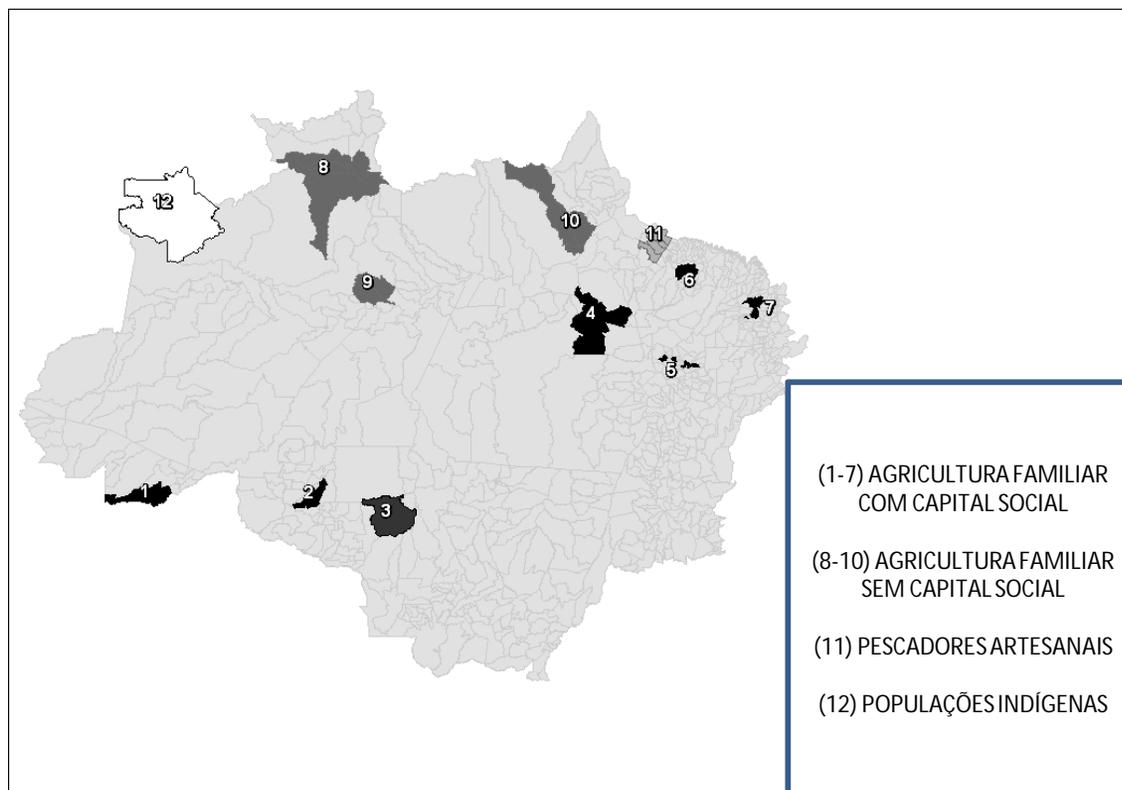
Carneiro, A. Braga, O. 2009. Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. ISA: São Paulo

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
BENEFÍCIOS SOCIOAMBIENTAIS**

**PROGRAMA PROAMBIENTE
COMUNIDADES LOCAIS
TRANSIÇÃO PRODUTIVA
SERVIÇOS AMBIENTAIS**

proambiente

12 POLOS – 41 MUNICÍPIOS



Critérios de CAPITAL SOCIAL:

1-7  Experiência prévia em projetos de agricultura de base ecológica

8-12  Participação em associações comunitárias

PROAMBIENTE Projeto (2000-2002) Ação PDA (2003) PPA 2004-2007	POLÍTICAS PÚBLICAS
Plano de Desenvolvimento Sustentável (PD)	Programas Territoriais (PNDR – Pronat – PTC)
Plano de Utilização da Unidade de Produção (PU)	Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Acordos Comunitários de Serviços Ambientais (AC)	Pautou debate sobre serviço ambiental no âmbito federal
Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) (TR / assessoria)	Pnater / Pronater (editais / assistência)
Pagamento de Serviços Ambientais (PSA)	Falta de Marco Legal

1 – CONJUNTURA MUNDIAL

2 – PSA NA AMÉRICA LATINA

3 – BRASIL: RUMOS A SEGUIR



**RELAÇÃO CHINA – ÁFRICA
IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVOS
MERCADO AGRÍCOLA BRASILEIRO
(PRINCIPALMENTE SOJA)**





**RELAÇÃO CHINA – ÁFRICA
IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVOS
MERCADO AGRÍCOLA BRASILEIRO
(PRINCIPALMENTE SOJA)**

**SUPERAR CONFRONTO
COMMODITIES X PRODUTOS NATIVOS
INTEGRAR SISTEMAS DE PRODUÇÃO
DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA
AGREGAR VALOR AO PRODUTO NATIVO**





**ACORDO COMERCIAL MERCOSUL/UE
CAEM BARREIRAS TARIFÁRIAS
SOBEM BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS**





**ACORDO COMERCIAL MERCOSUL/UE
CAEM BARREIRAS TARIFÁRIAS
SOBEM BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS**

CONDICIONANTES: PROBLEMAS OU OPORTUNIDADES DE INOVAÇÃO?

ACORDO DE PARIS POLÍTICA AMBIENTAL REGISTRO AGROQUÍMICOS

QUESTÃO FUNDIÁRIA TERRAS INDÍGENAS QUILOMBOLAS

DIREITOS HUMANOS LEIS TRABALHISTAS

VALORIZAR PRODUTOS REGIONAIS

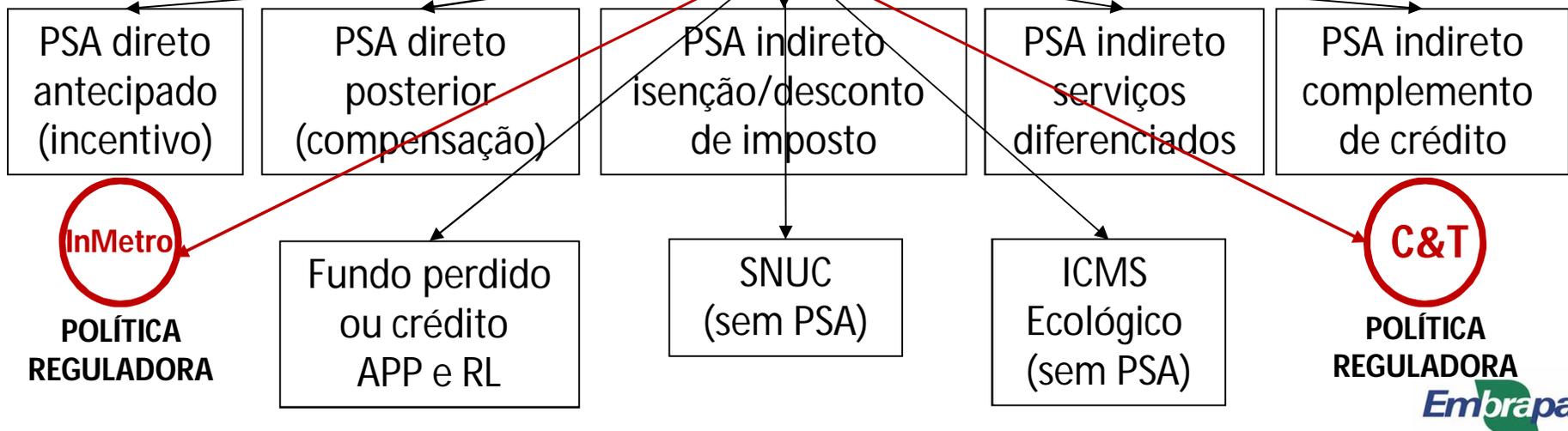
FUNDO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

FONTES FIXAS: ECOTAXAS (POLÍTICA REDISTRIBUTIVA)

Combustíveis fósseis (corporações públicas e privadas; petróleo, gás natural)
Recursos hídricos (UHE; cobrança redistributiva de uso da água)
Minerais (corporações públicas e privadas; minerais em geral)
Solos (ITR, empresas químicas, papel e celulose)



FUNDO
(CONTROLE SOCIAL)
(METAS ANUAIS)



PROGRAMA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

- Coordenação pelo Estado
- Marco legal e orçamento garantido por lei
- Integração com programa de desenvolvimento territorial / regional
- Participação social – governança Estado + sociedade civil organizada
- Metodologia de valoração (trabalho adicional) / indicadores verificáveis
- PSA conforme prioridades
(metas restauração ecológica, manejo recursos naturais, sistemas mistos: iLPF; SAFs)
- Estratégias diferenciadas de incentivo por categoria produtiva

METAS X PERFIL PRODUTIVO	AGRICULTURA DE GRANDE ESCALA	AGRICULTURA FAMILIAR	POP. TRADICIONAIS E POVOS INDÍGENAS
META 1 CONTROLE E ERRADICAÇÃO DO USO DO FOGO	CANA-DE-AÇÚCAR ALGODÃO PASTAGENS	CULTURAS ANUAIS (agricultura corte e queima) PASTAGENS	CULTURAS ANUAIS (agricultura corte e queima)
META 2 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE INSUMOS QUÍMICOS	MIP MIPD CONTROLE BIOLÓGICO	MIP MIPD CONTROLE BIOLÓGICO	NÃO SE APLICA
META 3 SUBSTITUIÇÃO DE INSUMOS QUÍMICOS POR ORGÂNICOS	PRODUÇÃO ORGÂNICA	SISTEMAS ORGÂNICOS	NÃO SE APLICA
META 4 REDESENHO DE SISTEMAS PRODUTIVOS	CONSÓRCIOS AGRÍCOLAS INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA	SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROSSILVIPASTORIS SILVIPASTORIS	APLICA-SE EM CERTOS CASOS; CONSIDERAÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS
META 5 MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE	MEL. GENÉTICO MANEJO FLORESTAL	MEL. GENÉTICO MEL. GEN. PARTICIPATIVO MF COMUNITÁRIO PFNM	MEL. GEN. PARTICIPATIVO PFNM PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PLANO ABC

ampliar incentivos financeiros para sistemas integrados de produção agropecuária

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta



Plantio Direto



Fixação Biológica Nitrogênio



Manejo de Pastagens Degradadas



Tratamento de Dejetos Animais



PROAMBIENTE

melhor projeto-piloto para basear programa governamental para agricultura familiar

LEGADOS DO PROAMBIENTE EM 2.555 ESTABELECIMENTOS RURAIS AMAZÔNICOS

CONTROLE E ERRADICAÇÃO DO USO DO FOGO



REDESENHO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO



RACIONALIZAÇÃO E ERRADICAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS



MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE



CONSERVAÇÃO DE MATAS



PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO



BRASIL | Acesso à informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

Atendimento ao Cidadão | Mapa do Site | Acessibilidade | Contraste | Português | English

Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O que fazemos | A Embrapa | Notícias | Multimídia | Bibliotecas | Sala de imprensa | Acesso à Informação | Navegue por Públicos

Portal Embrapa / A Embrapa / Ações e campanhas / Código Florestal

Código Florestal

Contribuições para adequação ambiental da paisagem rural

Inicial | Sobre a Lei 12.651/2012 | Estratégias de recuperação | Experiências e Boas Práticas | Espécies | Soluções tecnológicas

O que recuperar?

- Área de Preservação Permanente - APP
- Área de Reserva Legal - ARL
- Área de Uso Restrito - AUR

Apresentação

A Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012, estabelece normas para proteção da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados. Nesse contexto, as propriedades deverão seguir as instruções estabelecidas nessa legislação. Esta página reúne tanto informações para facilitar o entendimento desta Lei, como também, conteúdos técnicos para a recuperação de áreas, como estratégias de recuperação, experiências já realizadas, espécies de plantas nativas sugeridas para plantio e soluções tecnológicas da Embrapa e parceiros, além de boas práticas agrícolas que contribuirão para o alcance do desenvolvimento sustentável da propriedade rural nos diferentes biomas.

Saiba mais

O que recuperar?
seções específicas com a legislação relativa às Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito com infográficos e alternativas para uso e preservação destas áreas.

Recuperação Ambiental



Estratégias de recuperação



Experiências e Boas Práticas



Espécies vegetais nativas para recuperação



Mudas e sementes

OBRIGADO!

luciano.mattos@embrapa.br